

Um país de livros ignorados, de Ricardo Fernandes Gonçalves

Resenha Crítica

por Joana Penêdo

[Pós Graduada. Curso *lato sensu* em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade-2021.

Módulo: "SUS - A expressão de um desejo"]

Gonçalves, Ricardo Fernandes. Um país de livros ignorados. **MVisat, Coluna Opinião**, Rio de Janeiro, 14/04/2020. ([releia aqui](#))

Introdução

Em *Um país de livros ignorados*, Ricardo Gonçalves traz uma reflexão e opinião sobre a dimensão entre o livro e a desalienação, entre a teoria e experiência a partir da leitura, e do processo de educação por meio de suas “escrivências”.

Ao dizer que “todos prezam o livro como fonte inesgotável de saber, diálogo e conscientização. Sabem que com o livro em mãos é possível enfrentar a tirania, o preconceito, o atraso e a alienação” (Gonçalves, 2020, p.1), o autor remete não só ao papel social, cultural e educativo do livro, mas também é possível perceber que o ato de ler é um ato político. O ato de ser e estar informado é também um ato político. A partir da leitura é possível enfrentar a tirania, o preconceito e a alienação. Navegar pelas estantes de uma biblioteca, ou ainda nas estantes virtuais do conhecimento, é não só necessário como indispensável para se manter atualizado frente aos acontecimentos do mundo.

Por conseguinte, ao citar Paulo Freire (1921-1987), o autor traz o pensamento sobre a precarização da escola brasileira. Diante do contexto individual da educação é possível citar o método de Paulo Freire, onde os educadores estimulam o indivíduo a aprender a ler através de suas vivências e saberes, ou seja, ensinam de acordo com as palavras presentes na realidade (cultura) de cada um. Exemplificando, o autor utilizou este método, pela primeira vez, aplicando a palavra “tijolo” para educar um grupo de rurícolas sem acesso à educação e analfabetos. Escolheu-se a palavra, a partir de uma conversa, para atentar ao fato de pertencer ao cotidiano dos trabalhadores rurais, isto é, a alfabetização não começou do nada, mas de algo conhecido com propriedade. “No fundo, esse conjunto de representações de situações concretas possibilita aos grupos populares uma ‘leitura’ da ‘leitura’ anterior do mundo, antes da leitura da palavra” (Freire, 1989, p. 13-14).

Gonçalves (2020) diz que “para a teoria é preciso prezar os livros. Não se pode deixá-los mofando nas bibliotecas, ou desprezados nos corredores das universidades”. Para comentar este trecho trago os 10 direitos imprescindíveis do leitor apresentados no livro *Como um Romance*, do professor, pedagogo e romancista francês Daniel Pennac (1993): 1. O direito de não ler; 2. O direito de pular páginas; 3. O direito de não terminar um livro; 4. O direito de reler; 5. O direito de ler qualquer coisa; 6. O direito ao bovarismo (doença textualmente transmissível); 7. O direito de ler em qualquer lugar; 8. O direito de ler uma frase aqui e outra ali; 9. O direito de ler em voz alta; 10. O direito de calar. Pennac compreende que toda leitura é válida e nos apresenta a visão do que ocorre na formação dos leitores, a ideia da leitura como forma de distração, de entreter e de apresentação do mundo. Ao se inserirem no mundo escolar, as crianças acabam por perder a noção daquilo que antes era prazer e agora se torna obrigatório. Muito se dá pelo fato de que na escola o ensino muitas vezes nos é imposto, com graus altos de competitividade e pouco enriquecimento subjetivo. É a busca máxima pela aprovação, independentemente da forma como ela ocorra, ao invés de ser feita como algo prazeroso, engrandecedor, construtivo e perpétuo. “Uma só condição para se reconciliar com a leitura: não pedir nada em troca” (Pennac, 1993, p. 121).

Quando a construção do pensamento e do ensino é apresentada de forma natural e prazerosa, o que se aprende, perpetua, deixa lembranças de um ensinamento. Uma professora que deixou marcas na memória, por exemplo, não apenas da disciplina em si, mas uma marca na vida. A formação do leitor vai além do livro que se deve ler na escola. Ela deve ou deveria partir do pressuposto de que ler é uma satisfação, algo novo, uma jornada pelo desconhecido.

Quando Pennac (1993) critica o método de aula, ele enfatiza que o problema é institucional. Entretanto, a sensibilidade que falta às escolas como instituição não deveria refletir no ímpeto dos(as) professores(as), bibliotecários(as), mediadores(as), pois a tendência é que a educação seja vista como um serviço prestado, o que também dialoga com o livro de "[bell hooks](#)" (2017) ao abordar a educação como mercado. [a grafia em minúsculas requerida pela autora Gloria Jean Watkins visa atrair o foco à escrita e não à própria que adotou o pseudônimo da bisavó Bell Blair Hooks] Mas a obrigatoriedade das tarefas escolares é um muro às vezes intransponível para alguns(mas) alunos(as), dadas as tantas imposições e regras, o que se reflete não só no desempenho escolar, mas também na atitude do(a) aluno(a) fora da escola: o desinteresse pelo livro, pela ciência, pelo saber.

O papel do livro e da leitura também devem ser repensados no contexto da biblioteca preocupada com a liberdade, de modo que estes elementos sejam encarados não mais como objeto e tradução respectivamente, mas como instrumentos para o questionamento livre e libertário que gera movimento e altera estados, aproximando-se dos princípios da arte expostos por Coelho Netto (1988).

Por tudo isso, conclui-se que só é possível sair do funcionamento de máquina a partir da liberdade de pensamento e pode-se arriscar dizer que somente a partir do rompimento deste funcionamento é que a biblioteca e o bibliotecário podem genuinamente cumprir a função social almejada, já que:

A biblioteca, ao se preocupar com o leitor 'culto', amplia o fosso da "distribuição de informações": nada para quem não tem e muito para quem já tem. A biblioteca é, sim, um instrumento de dominação, um canal por onde perpassa, os interesses de sujeição dos dominantes, um espaço onde se desencadeia o processo de reprodução da situação vigente; uma arena onde a luta de classes já tem vencedor pré estabelecido. E nós, bibliotecários, somos aquilo que dizemos que não somos, aquilo que não queremos ser (Almeida Júnior, 1997, p. 65).

Assim, em sua visão tradicional, a biblioteca seria mais uma forma de manter o funcionamento da máquina, numa lógica em que bibliotecário, biblioteca e usuários seriam engrenagens da mesma. Diferente do papel social do bibliotecário descrito por Pennac (1993).

Educação e *práxis*

O relato do autor no Blog, ao enaltecer o ato de ler, despertou nesta que escreve a resenha um sentimento de alívio e conforto por ser uma bibliotecária apaixonada por livros, que defende o incentivo à leitura sob uma perspectiva feminista à luz dos estudos de bell hooks, Angela Davis, entre outras autoras marxistas.

Neste quesito Ricardo Gonçalves (2020) também faz alusão a teoria e prática: a *práxis* de Karl Marx (1818-1883), a qual perpassa sobre a ideia de que a teoria e a prática se unificam para orientar e criticar as visões de mundo, sendo assim, destina-se também a pensar na crítica à teoria que se distancia da realidade dos fatos. Em contrapartida, pensar não somente nas experiências como verdades absolutas, sem os estudos teóricos, pois sem a união das duas esferas há o risco do senso comum.

Já sobre o pensamento de Milton Santos (1926-2001) o autor diz que “a teoria deslocada dos problemas do mundo cria o discurso vazio, oco, vazio e inútil.” Para além do discurso vazio, é válido pensar na *Sociedade do Cansaço* (2010), do filósofo coreano Byung-Chul Han, sociedade que está

sobrevivendo em um mundo com um *boom* de informações por todos os lados e meios de comunicação, tornando-se uma sociedade exaurida pelo discurso motivacional e de autoajuda, autodestrutiva, autoinquisitora, decorrente de extrema onda positiva na direção de mais trabalho e menos ganho, maior autocobrança e incitação à competitividade, resultando nas doenças em ascensão: depressão, ansiedade, síndromes como hiperatividade, transtorno de personalidade e fobia social. São discursos como esses que engendram uma sociedade do esgotamento individual.

Considerações finais

É válido pontuar também as ideologias explícitas da cultura como a ideologia da democratização cultural, da salvação cultural e da religião cultural. O discurso da democratização cultural prevê que todos os homens devem ter direito à cultura, porém sem considerar as possibilidades concretas para que indivíduos de variadas realidades socioeconômicas efetivamente possam concretizar tal acesso. A ideologia da salvação cultural apresenta a cultura como um mecanismo do qual deriva a criatividade e a imaginação, que devem ser utilizadas para amenizar os efeitos da burocratização. Já a ideologia da religião cultural, por sua vez, pressupõe que a cultura é um elemento agregador, capaz de transpor quaisquer diferenças entre os indivíduos, de modo que por meio da cultura tornem-se capazes de estabelecer relações profundas. Percebe-se, em todos os casos, que não existe preocupação com o uso da cultura para percepção e discernimento, aspectos indispensáveis no uso da cultura orientada à ação cultural (Coelho Netto, 1998).

As percepções expostas já demonstram que dificilmente seria possível afirmar que o Estado não possui ou nunca possuiu influência frente às decisões políticas no incentivo à cultura e a educação. É importante acentuar as lacunas deixadas pelo Estado quanto às políticas públicas de incentivos culturais e considerar que a sociedade (representantes de coletivos, grupos sindicais etc.) precisa participar dessas decisões que representam e defendem a cultura. Decisões que precisam ser ouvidas e elaboradas nas pautas necessárias que atendam à pluralidade de todos os núcleos culturais do Brasil. Embora seja dever do Estado – com ênfase ao Ministério da Cultura – comprometer-se em manter aporte ao setor, infelizmente, quando o governo não vai bem, as instituições culturais vão pior ainda. Assim acontece com bibliotecas e museus fechados por falta de repasse de verba para a manutenção do pleno funcionamento destes espaços, vistos como não prioritários dependendo da ênfase do governante que rege o município, estado ou país.

Por outro lado, este cenário reforça a importância do engajamento político do bibliotecário, que deve estar atento à dinâmica do corpo social como um todo, não restringindo-se aos limites da biblioteca, uma vez que as determinações da sociedade perpassam fortemente as bibliotecas.

Referências

- Almeida Junior, Oswaldo Francisco de. Biblioteca pública: útil socialmente? ou Biblioteca pública: missão ou mise en scene? In: Almeida Junior, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e biblioteconomia**. Polis, 1997. p. 63-67.
- Coelho Netto, José Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção primeiros passos; 216).
- Freire, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.
- Gonçalves, Ricardo Fernandes. Um país de livros ignorados. **MVisat, Coluna Opinião**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://48209fd4-9e54-4385-b712-c09bfc7c2b87.filesusr.com/ugd/15557d_3ae34271b9894cc8aab0044a25f1072f.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.
- Han, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017. 283 p.
- Pennac, Daniel. **Como um romance**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. 167 p.